

# PEREIL

O rato

## Um rato passa pela Constituinte

OSMAR FREITAS JR.

Mus Musculus, este é o verdadeiro nome da personagem que capitalizou as atenções do Congresso Constituinte na semana passada. Sua fulgurante escalada rumo à notoriedade, ainda que injustificada, é um exemplo acabado do *modus vivendi* em Brasília. Senso de oportunidade e timing perfeito fazem do segredo para a ascensão no coração do País. E um rato, acreditem, domina como poucos este binômio. Ao aparecer, por volta das 17 horas, nas galerias da Assembléia, aquele camundongo (*mus musculus*) que ficou famoso sabia o que estava fazendo. Esperou o encerramento dos debates sobre questões da maior importância para o Brasil — tais como uma tardia conversão religiosa do arquicomunista Enver Hoxa, ex-dirigente da Albânia, e não se precipitou, nem mesmo durante um feérico *catch-as-catch* entre dois nobres parlamentares nort-destinos. Seu *mise-en-scène* (ou *mus-en-scène*, no caso) ocorreu em tempo de coroar os trabalhos do dia e ainda alcançar as manchetes dos jornais.

Senso de oportunidade e timing perfeito: eis a questão. O rato, um animal inteligente, vive disso. Do contrário, não estariam competindo "focinho a focinho" com os homens no consumo de alimentos (calcula-se que comam 20% de tudo o que nós plantamos). Também não dominariam as principais capitais do País —

numa proporção de dois roedores para cada humano. Foram os primeiros a chegar em Brasília (obedecendo aos apelos do presidente Juscelino) e ajudaram a construir a cidade numa perfeita dobradinha "camundongo-candango". Como se vê, a filosofia do rato é do "aqui e agora".

Estão em toda parte. Na Enciclopédia Britânica, por exemplo, pode-se encontrá-los devorando, literalmente, uma página sobre a vida e obra de Augusto Comte (o que prova que comem qualquer porcaria), ou sob a forma de verbete, numa versão literária. Lá se garante que, em termos zoológicos, camundongos (*mus musculus*) e ratos das várias espécies não têm distinções: é tudo a mesma coisa. Desta numerosa família, os tipos mais conhecidos são: o *Rattus Rattus* — que pesa cerca de 250 gramas e habita os forros das casas — e o *Rattus Norvegicus* — a popular ratazana escura dos esgotos, atuando na faixa dos pesos-pesados, com

frarias são sempre os mesmos: dezenas morrem ao final da festa e centenas nascem ao cabo de duas semanas.



meio quilo de envergadura disposta a enfrentar qualquer parada — e o famigerado *mus musculus*. Este último, com 21 gramas, é pequeno só na aparência, pois é considerado fortíssimo (por isso o apodo *musculus*). Socialmente perniciosos, promovem orgias e grossa pancadaria quando se juntam. Os resultados destas con-

Esta verdadeira praga do Egito (Deus mandou-os aporinhar os perseguidores de seu povo), é como algumas repartições públicas: trazem milhares de parasitas em seu corpo. Já foram catalogadas cerca de 50 doenças transmitidas por eles. Sobrevivem a toda sorte de venenos, adaptando-se espantosamente. Alguns

cientistas dizem que os ratos sobreviverão à guerra atômica. Pode ser verdade, visto que aquele invasor da Assembléia suportou longas horas de plenário.

O meio mais eficaz de exterminar um rato ainda é na base do pau. Foi o que fez o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) — cuja campanha tem como símbolo um galo —, que usou o artifício do pontapé para matar o bicho. Talvez a mais brilhante intervenção do parlamentar durante seu mandato. Todas as outras tentativas para eliminar aquele inconveniente "entrismo" redundaram em fracasso. O comunista Fernando Santana — homem religioso — exco-mungou o animal com um "Sal, diabo!". O *mus musculus* procurou uma composição com as bases do governo (as pernas do líder Carlos Sant'Anna) sem sucesso. E mesmo a deputada do PT, Irma Passoni — acostumada a engolir sapos e percorrer os caminhos infectos das favelas em campanhas eleitorais —, enxotou aos gritos o rato, que pareceu pedir-lhe proteção.

O roedor só foi encontrar glória na posteridade, mas ainda assim fez jus à sua raça. Sabe-se que não há bichinho mais celebrado por histórias infantis e desenhos animados do que os ratos — dizem que eles têm até mesmo um sindicato e vários fascículos que cuidam de seus interesses. O *mus musculus* da Assembléia passa assim à galeria da fama, coisa que poucos constituintes conseguiram até aqui.

## Centro quer imediata aprovação do projeto

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Deputados e senadores do Centro acreditam que o projeto de resolução que prevê mudanças no regimento interno da Constituinte poderá ser colocado em votação em regime de urgência. O requerimento de mudanças no regimento, que conta com 309 assinaturas, será apresentado formalmente na terça-feira a noite ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. A tramitação normal do requerimento demora no mínimo 20 dias, mas a expectativa do grupo é de que Ulysses se sensibilize com o expressivo número de assinaturas e decida pela votação imediata do projeto, afirmou ontem um dos líderes do Centro Democrático.

O deputado Daso Coimbra (PMDB-RS), que coleta assinaturas para o requerimento, está confiante de que até a terça-feira pelo menos mais dez constituintes vão aderir ao movimento. "Até lá nós permaneceremos trabalhando para obter o

maior número de assinaturas possível. Teremos 40 ou 50 assinaturas mais que o mínimo exigido." O grupo acredita ainda que, além dos constituintes que assinaram o requerimento, número bastante expressivo — dos que aprovam a proposta mas preferem não assinar o documento — votará a favor da mudança do regimento interno. O deputado Daso Coimbra estima que pelo menos mais 40 constituintes, além dos signatários, aprovarão o projeto.

A idéia do Centro é apresentar emendas parciais, e não um substitutivo global ao anteprojeto do relator Bernardo Cabral, garantem os organizadores do movimento. Do substitutivo da Sistematização, o deputado Daso Coimbra e o senador José Lins (PMDB-CE) acreditam que será aproveitado 80% do que foi aprovado. "Consideramos que 20% do relatório de Bernardo Cabral não serve para a nova Constituição Brasileira", acrescentou Daso Coimbra. A maioria das emendas a ser apresentada pelo Centro recairá principalmente no capítulo da ordem econômica.

## Compulsório fica, com restrição



Bonifácio Andrade e Arinos na sessão da Sistematização que votou o sistema tributário

## Estados acompanham votação

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Dezessete dos vinte e três secretários estaduais da Fazenda estão desde ontem, em Brasília, acompanhando os trabalhos de votação do capítulo relativo ao sistema tributário nacional pela Assembléia Constituinte. Segundo o líder do grupo, João Batista Abreu, de Minas Gerais, ex-secretário geral do Ministério da Fazenda, o objetivo maior é "preservar as conquistas obtidas no projeto Bernardo Cabral, melhorar tecnicamente a redação de alguns dispositivos e evitar a apresentação de emendas que possam prejudicar os estados."

Uma dessas emendas, segundo João Batista, é a de autoria do deputado Daltro Canabava, que mantém sob controle da União a arrecadação do Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes (IUCL) o qual, na

forma do projeto Cabral, passa para o controle dos municípios, como dispõe o inciso IV do artigo 178.

Canabava argumenta que a manutenção, com a União, da competência de instituir o imposto sobre venda de combustíveis, favorecerá os estados e municípios, pois permitirá distribuição mais equitativa dos recursos, mas João Batista Abreu, responde que, além da afirmação não ser verdadeira, até porque há possibilidade de uma ampliação da receita, os municípios não ficarão na dependência da União para ter acesso a essa receita.

### ATUAÇÃO

Trabalhando junto com seus assessores numa mesa do café anexo ao plenário onde a matéria está sendo votada, João Batista Abreu mantém-se em permanente articulação com os demais secretários estaduais de Fazenda e estes com suas respectivas bancadas, instruídas, pelos go-

vernadores para dar cobertura às emendas que o grupo propuser.

Estas — conforme Abreu — são nove e delas, oito se destinam a melhorar a redação dos dispositivos do projeto Cabral, tornando-os tecnicamente mais bem redigidos e mais compreensíveis. Há apenas uma emenda substantiva: a que divide entre o estado produtor e o consumidor o tributo sobre as operações envolvendo a comercialização de bens de capital. Pelo projeto Cabral a receita dessas operações é totalmente absorvida pelo Estado produtor, ou vendedor.

Batista e os demais secretários estão atentos à possibilidade da apresentação de uma emenda redistribuindo os encargos entre os três níveis do governo — federal, estadual e municipal —, de forma a compensar a União pela perda de receita para os estados e municípios em decorrência da redivisão do bolo tributário.

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Pelo número mínimo de votos regimentalmente exigido, 47 contra 44 e uma abstenção, a Comissão de Sistematização excluiu ontem de manhã, do substitutivo Bernardo Cabral, a proibição de "estabelecer privilégio de natureza processual para a Fazenda Pública em detrimento do contribuinte" e manteve a possibilidade de serem criados "empréstimos compulsórios", excluindo a hipótese de sua utilização para "absorção temporária de poder aquisitivo", como se fez no Plano Cruzado I e como ainda vigora hoje para combustíveis, por exemplo.

A Sistematização começou de manhã a examinar o Título IV, referente a Tributação e Orçamento, do artigo 163 ao 171.

O deputado José Maria Eymael (PDC-SP) tentou fazer aprovar emenda de sua autoria limitando os empréstimos compulsórios aos casos de calamidade pública, mas foi rejeitada por 60 votos contra 26. Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) e César Maia (PDT-RJ) colocaram-se contra, argumentando que o empréstimo é um instrumento moderno e democrático que não poderá mais ser instituído por decreto-lei, já que o substitutivo exige aprovação pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.

Eymael considerou ser "perigosa porta aberta contra o contribuinte" a possibilidade de se instituir esse empréstimo em caso de "investimento público de relevante interesse nacional". A outra hipótese, porém, por ele também combatida — a utilização em "conjuntura que exija absorção temporária de poder aquisitivo" —, foi eliminada, com 82 votos contra 5, pela emenda apresentada por um dos relatores adjuntos, Adolfo Oliveira (PL-RJ).

### O RELATOR, VENCIDO

Também o dispositivo que vedava a União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios estabelecer de privilégio processual para a Fazenda Pública provocou muita discussão. A emenda do deputado Antônio Brito (PMDB-RS), suprimindo a proibição, foi defendida por César Maia e por Nelson Jobim (PMDB-RS), sob a alegação de que, em caso de falência, por exemplo, o crédito fazendário não poderia ser privilegiado. Combateram-na os deputados Francisco Dornelles (PFL-RJ), que foi secretário da Receita Federal, e Joaquim Bevilacqua (PTB-SP), assinalando não se poder conceder privilégio ao Fisco. De nada adiantou também o relator Bernardo Cabral esclarecer que se tratava de privilégio processual, não atingindo, portanto, casos de falência e outros. A emenda foi aprovada por 47 votos contra 44 e uma abstenção.

O deputado Gastone Righi (PTB-SP) conseguiu aprovação para emenda — 78 contra 13 e uma abstenção —, deixando claro que as empresas estatais ou para-estatais que exploram serviços públicos não ficam isentas de impostos. Pela redação dada ao parágrafo 2º do artigo 171, elas poderiam ficar excluídas de tributação. Foi, porém, rejeitada, por 70 votos contra 19, emenda do deputado Victor Facioni (PDS-RS), defendida por Mário Lima (PMDB-BA) e Bonifácio de Andrade (PDS-MG), visando a isentar de impostos a Previdência Privada sem fins lucrativos. E uma emenda do deputado Nelson Jobim conseguiu apoio unânime: 88 votos a favor, nenhum contra. Foi para acrescentar ao artigo 169, que trata da instituição de contribuições sociais e outras, a obrigação de se observar também o inciso III do artigo 165, que trata da obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência.

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), voltou ontem a advertir que se poderá questionar, em plenário, a existência do substitutivo que está sendo votado pela Comissão de Sistematização, porque, segundo ele, não estão sendo observadas as normas regimentais.

## Idéia de diretas volta com força

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Parlamentares influentes, dos mais fiéis ao presidente da República, já estão admitindo acordo interpartidário para aprovar emenda estabelecendo eleições presidenciais diretas 120 dias após a promulgação da futura Constituição, assegurando sistema presidencialista "menos monárquico".

As conversas entre presidencialistas e parlamentaristas estão evoluindo de eleições diretas em 15 de novembro a diretas no primeiro semestre do próximo ano, com prazo razoável após o término dos trabalhos da Assembléia Constituinte.

"A situação econômica tende a se agravar, com a inflação deste mês ultrapassando 12 ou 13% e previsão de, pelo menos, 20% no primeiro mês de 1988. Será preciso grande esforço, patriotismo e desprendimento para evitar o pior", desabafou um dos dirigentes do PFL, dos mais dedicados a Sarney.

Presidencialistas e amigos de Sarney, do PMDB, PFL e PDS, tentaram acordo com PDT e PT, para assegurar o sistema presidencialista, com eleições em 88 — 120 dias após a promulgação da nova Carta.

"Não sabemos se será possível evitar a comoção social que está surgindo. Novembro de 1988 pode ser muito longe", confessou, preocupado, um influente parlamentar governista.

Dirigentes do PMDB e do PFL já estão convencidos de que na Comissão de Sistematização dificilmente será evitada a aprovação das diretas em 1988. A tese de eleições presidenciais em 1989 ou 90 já estaria fora de cogitação, segundo opinião generalizada entre líderes e dirigentes partidários.

A tendência, que começa a se definir, é a de promover eleições gerais, ou apenas presidenciais, em 1988. Os menos pessimistas admitem 15 de novembro. Os mais pessimistas acham que a melhor maneira de evitar grave crise institucional — que colocaria em risco a estabilidade do regime democrático — seria amplo acordo interpartidário em favor do presidencialismo e de eleições quatro ou cinco meses depois de promulgada a nova Constituição.

Os que estão defendendo a antecipação das eleições presidenciais entendem que, uma vez formalizado o acordo, a Nação teria um fato novo, capaz de injetar ânimo em todos os setores da sociedade. Além disso, a concordância de Sarney "o marcaria perante a História, com a contribuição de seu desprendimento e sua decisiva colaboração para superar a crise nacional", na análise de importantes parlamentares.

A impressão, que está sendo ouvida entre líderes partidários influentes, é a de que alguma coisa terá de ser feita, mediante acordos interpartidários, para evitar o pior.

O presidente da República não parece tão resistente a aceitar a idéia de eleições no próximo ano e poderia até mesmo assumir a iniciativa. Assessores palacianos têm confirmado, por via indireta, que o governo "deve durar mais um ano". O próprio Sarney entende que a solução não estaria no parlamentarismo — sistema que na sua opinião seria um desastre. O presidente poderá aceitar a solução de antecipar o pleito, se esta for a única saída para a crise que se agrava a cada dia, assegurado o presidencialismo, comentam líderes do PMDB e do PFL.

Em conversas informais, líderes de diferentes partidos confessam preocupação pela ausência de um nome capaz de despertar esperanças na sociedade. Os nomes mais citados nas pesquisas de "presidênciaáveis", dizem eles, têm índices maiores de rejeição do que de aprovação. Haveria, ainda, o risco de levar a sociedade a acreditar que a eleição presidencial direta em 88 (novembro ou primeiro semestre) seria a salvação de todos os males, como aconteceu em 1986 em relação à campanha de eleições à Assembléia Nacional Constituinte.

Para alguns líderes, não basta definir um bom sistema. Há que se preocupar com o acordo político possível e, em seguida, encontrar os melhores executores — no presidencialismo ou no parlamentarismo.